5 Considerações Finais

A ocorrência da revelação em casos de abuso sexual intrafamiliar de crianças resulta em consequências importantes para as famílias, cujas dinâmicas se encontram fortemente sustentadas na interação abusiva devido ao papel exercido pelo segredo no que se refere ao estabelecimento e à manutenção da coesão do grupo familiar. Esse papel aglutinador do segredo, por sua vez, concorre para retroalimentação do abuso sexual, ensejando a enunciação do abuso sexual intrafamiliar de crianças como uma síndrome de segredo e adição.

Ao ensejar percurso distinto daquele condicionado pelo imperativo do silêncio, permitindo que esse segredo transborde suas fronteiras alcançando o status de “público”, as famílias provocam movimentos de sentidos e significados até o momento intocados, com decorrente deflagração de processos de tentativa de reorganização das relações, vínculos e alianças. Tais processos serão perpassados por fatores internos à dinâmica familiar ao mesmo tempo em que, com o aumento da permeabilidade à interveniência de elementos externos, sofrerão influências de intervenções dos agentes a que a família recorre na busca por suporte para lidar com a crise instaurada.

Avaliar as vicissitudes experimentadas por famílias que se encontram nesse processo de reorganização constituiu o desafio proposto nesta tese, que buscou analisar se e de que forma a revelação do abuso sexual encerra demandas outras que conseguem ser identificadas e, em certa medida, enfrentadas pelos segmentos que conformam o SGD, na condição de instâncias legal e socialmente legitimadas para conhecer dessa violação de direitos e nela intervir.

A narrativa das mães que se dispuseram a colaborar com nosso estudo nos possibilitou identificar como cada família demarca a ocorrência da revelação e estabelece o ponto de ruptura do segredo, compreender o circuito percorrido no SGD e as significações atribuídas pelas famílias às respectivas intervenções, bem como analisar as consecutivas mudanças por que passaram tais grupos quanto às

suas formas de organização, no que se refere à composição, a relações, vínculos e alianças.

Em relação às transformações que se puseram em curso após a revelação do abuso, das narrativas das mães depreendem-se alguns elementos coincidentes.

Um deles diz respeito à sobrecarga objetiva e subjetiva que recai sobre as mães tanto no provimento de cuidados adequados a seus filhos como no processo de reorganização familiar decorrente da ruptura do segredo. Essa consequência em muito se deve à conformação do papel de mãe, tal como historicamente construído e que atua de maneira a fazer com que essas mulheres sintam como sendo de sua inteira responsabilidade dar conta da proteção de sua prole, ainda que o suporte externo para sua consecução não se mostre disponível.

Essa construção histórica do papel das mulheres na organização familiar consiste em importante lacuna a denunciar tensões presentes nas relações estabelecidas entre família e Estado no Brasil, em muito perpassadas e demarcadas pelos lugares e papéis de gênero tais como erigidos na conformação societária brasileira. No caso específico do abuso sexual intrafamiliar de crianças, o capital cultural sobre o exercício do lugar materno tende a atuar no sentido de reforçar o impacto emocional produzido sobre as mães que, muitas vezes, terminam por significar como sua a culpa pela ocorrência das interações abusivas.

Outro elemento coincidente se refere ao circuito percorrido pelas famílias ao longo das intervenções do SGD, o qual comporta nos três casos a passagem pelo Conselho Tutelar, por delegacias e pelo Poder Judiciário. Esses três segmentos possuem em comum o fato de encerrarem atribuições, em que pesem suas especificidades, de caráter normativo, dentre as quais figuram a aplicação de medidas de proteção e responsabilização, a investigação que reunirá evidências da procedência ou não da alegação de abuso e a tomada de decisões acerca da permissão ou restrição do convívio das figuras parentais com seus filhos.

Decerto que a intervenção de agentes externos a fim de regular o exercício arbitrário do poder familiar, com vistas a salvaguardar o direito da criança à integridade física e psíquica, constitui-se em intervenção legítima e pertinente, em consonância ao ordenamento jurídico e social brasileiro. Contudo, essa dimensão da intervenção do SGD, embora muito necessária, não constitui resposta

suficiente às famílias que buscam suporte externo para equacionamento de conflitos, cujo manejo escapa à utilização de seus próprios recursos internos.

Em suas narrativas, as mães entrevistadas se referem a importantes lacunas e equívocos de manejo no processo de proteção e responsabilização, com destaque para a demora que caracteriza as ações judiciais cíveis e criminais e para a reduzida efetividade do dispositivo que confere prioridade absoluta a crianças no acesso a serviços públicos. Em especial, no que se refere aos procedimentos de exame de corpo de delito, as mães relatam a necessidade de dedicar um dia inteiro de espera para sua realização em ambiente no qual as crianças ficam expostas a situações inadequadas para sua faixa etária.

O descrédito atribuído a suas alegações constitui outro fator significado pelas mães como obstáculo interposto por alguns operadores do SGD e que importa em expressivo desgaste em sua tentativa de proteção de suas filhas e de reorganização familiar. A maneira distinta como as intervenções do SGD implicam em consequências para a responsável por sustentar o processo de reorganização posto em curso, de certa forma, é expressa na narrativa das mães acerca de como elas se encontram no momento da realização das entrevistas: uma relata dificuldades em reencontrar motivação e sentido no cotidiano de sua vida; outra enfatiza o salto de qualidade que se tornou possível em decorrência do suporte recebido para elaboração da crise; enquanto a terceira informa estar fazendo significativos progressos na retomada gradativa de dimensões de sua vida para além do exercício do papel de mãe.

As mães também identificam intervenções do SGD que se mostraram bastante adequadas, com reiterada referência a programas desenvolvidos no âmbito da política de assistência social, mais especificamente ao trabalho realizado nos CREAS e no NACA, sobretudo como suporte no período que sucedeu imediatamente a ruptura do segredo, durante o qual se encontravam premidas pela administração de uma crise imprevisível precipitada pela revelação. Dessa forma, constata-se atribuição de qualidade às intervenções levadas a cabo por alguns segmentos do SGD, em que pesem as dificuldades estruturais de políticas e programas e de qualificação dos profissionais responsáveis por sua implementação.

Dada sua efetividade na potencialização de recursos familiares empregados em seu processo de reorganização após revelação do abuso sexual, as mães destacam a necessidade de ampliação da intervenção do SGD para além do processo de avaliação – que parece focar, em grande parte, na produção de subsídios para cumprimento dos objetivos institucionais nas tomadas de decisão e determinação de medidas e encaminhamentos –, estendendo esse suporte ao acompanhamento psicossocial da criança e de sua família na elaboração de conflitos trazidos à tona no primeiro momento das intervenções. Dessa produção de sentidos depreende-se a imprescindibilidade de ações de proteção e responsabilização pautadas na interdisciplinaridade e na intersetorialidade nos casos de abuso sexual intrafamiliar de crianças.

Outra questão que se depreende da narrativa das mães consiste no fato de os três alegados autores de abuso terem sido alijados do convívio familiar. Tendo em vista que apenas um deles não possuía vínculo parental com a criança vítima, cabe indagar em que medida o afastamento da figura paterna impacta o direito à convivência familiar da alegada vítima e, quando o for caso, de seus irmãos.

Consideramos igualmente pertinente perscrutar se os sentimentos e preocupações atuais das mães com relação à ausência da figura paterna – medo de ser cobrada mais tarde por seu afastamento, percepção da falta sentida pelas crianças e receio quanto a uma nova tentativa de reaproximação da filha –, ao não serem explicitamente partilhados com suas filhas, não poderiam significar uma outra forma de silêncio, que funciona como amálgama na conformação dos vínculos atuais, em base a novos compromissos de lealdade. Isso porque, de certa maneira, esse homem persiste como referência objetiva e subjetiva na vida familiar, o que equivale a dizer que sua ausência constitui uma forma de presença, a evidenciar o paradoxo entre família pensada – consoante o modelo nuclear patriarcal burguês, ainda hegemônico na sociedade brasileira como referência idealizada – e família vivida, expressa pela experiência concreta e cotidiana.

Os efeitos decorrentes do afastamento da figura paterna do convívio familiar em casos de abuso sexual intrafamiliar de crianças, nesta tese, por vezes referido de maneira ambivalente ou difusa pelas mães, constitui terreno fértil para futuras pesquisas. Também não se pode deixar de levar em consideração os aspectos subjetivos paradoxais que podem perpassar essas mulheres no que se refere ao

lugar desses homens como seus ex-companheiros de vida afetiva e conjugal, para além do papel de pai de suas filhas, com todas as possíveis consequências para as relações mãe-filha.

Uma referência que pode auxiliar no processo de compreensão das consequências da revelação do abuso sexual intrafamiliar de crianças consiste no desafio de abordagem da família como unidade ou sistema de relações. Ao enunciarmos os efeitos decorrentes da crise como circunscritos à sobrecarga materna, ao sofrimento psíquico da criança vítima ou ao vazio sentido pelos pais pela impossibilidade de convívio com seus filhos, sem relacionar tais condições às suas respectivas posições na dinâmica interacional familiar, incorremos na contradição de propalar a imprescindibilidade de compreensão da família como totalidade, porém terminando por “cair na armadilha” da análise das consequências para cada um de seus integrantes.

A tentativa de escapar a essa lógica, dado que no estágio atual a intenção de mudança de práticas convive e concorre com a resistência imposta pelo *habitus* por longo tempo reificado, implica em esforço e exercício constante por parte dos operadores do SGD, na condição de responsáveis pela implementação de intervenções que assegurem, da forma mais plena possível, a garantia dos direitos das crianças envolvidas em tais dinâmicas. As narrativas a que tivemos acesso parecem nos autorizar ser esse ainda um desafio a ser enfrentado, constituindo antes uma intenção que práticas efetivas no âmbito do SGD.

Compreender a família em sua totalidade não significa atender a todos os seus integrantes, mas entender o lugar ocupado por cada um na conformação de lealdades, sua posição relativa na promoção e manutenção da coesão familiar e sua contribuição para o rompimento ou reordenamento dos vínculos e relações, considerando ainda os processos e formas de significação desses papéis pelos integrantes da família. Uma expressão da forma como a clareza na distinção das posições relativas pode contribuir para a efetividade do processo de reorganização familiar em bases mais construtivas, tanto para o grupo como para cada um de seus membros, reside no fato de se apreender, a partir da narrativa das mães, que quando conjugalidade e parentalidade estão bem separadas na respectiva atribuição de seus significados para suas próprias vidas, tal diferenciação pode contribuir para que o silêncio não retorne.

Diferentemente, em casos de abuso sexual intrafamiliar de crianças, não conceber a família como totalidade pode contribuir para reforçar as figuras da criança vítima, do pai abusador, da mãe omissa ou conivente e dos demais integrantes do grupo familiar como não mantendo nenhuma relação com as condições que possibilitam e mantêm a interação abusiva. Dessa perspectiva decorre uma abordagem com poucas possibilidades de fornecer suporte adequado ao necessário processo de reorganização familiar que sucede a ruptura do segredo, donde a necessidade de promover o deslocamento dessas imagens congeladas, reificadas e essencializadas na direção de uma concepção acerca de todos os integrantes da família como titulares de direitos, o que constitui uma das condições de possibilidade para escapar dos limites impostos a intervenções centradas principalmente na díade autor do abuso – criança vítima.

Por fim, apesar de seu inegável papel de guardião de direitos de um segmento em condições de desigualdade na relação de poder intrafamiliar, o SGD não precisa ter como objetivo central a tentativa de regulação de suas formas de interação, partindo do suposto de que existam parâmetros precisos de organização e dinâmica familiares. É importante aceitar que nenhum profissional “inaugura” a vida familiar com sua entrada. A intervenção em tais casos, ao considerar os processos internos, a história familiar, seus próprios modos de regulação, seus recursos, sua capacidade de resiliência e sua potencialidade para superação da crise pode contribuir para a não reificação do segredo e o conseqüente retorno aos padrões de organização e funcionamento anteriores à revelação.

Esta pesquisa teve a intenção de contribuir para a compreensão acerca das conseqüências do abuso sexual intrafamiliar de crianças para as famílias que se vêem diante de uma crise imprevisível deflagrada pela ruptura do segredo que preside a interação abusiva. Muitos são os elementos a serem considerados, em vista de seu manejo, que suscitam e a exigem a discussão de questões mal ditas e perpassadas por tabus, tais como sexualidade infantil, incesto e o valor da família como espaço exclusivamente de cuidado e proteção de seus membros. Ao analisar o processo de ressignificação do abuso e de reorganização familiar no curso de sua interação com diversos segmentos do Sistema de Garantia de Direitos, esperamos ter trazido elementos que instiguem novos estudos acerca de um tema cuja complexidade está constantemente a nos desafiar.